



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Em 20 de março de 1961.

Ofício nº 37/61

R. A., à mesa.

Em 29-3-61

Israel Dinizo

Senhor Presidente:

Para os fins legais, tenho a honra de encaminhar a V. Excia. o Projeto Lei nº 2/61, de iniciativa desta Municipalidade, propondo alteração de parte do artigo nº 127, da Lei nº 82 de 23 de maio de 1953.

Valho-me da oportunidade para apresentar-lhe os protestos de alta estima e distinta consideração.

Cordiais Saudações

  
Dr. Israel Dinizo - Pref. Municipal.

Exmo. Snr. Dr.

OSMAR GODINHO

DD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO LEI Nº 2/61

**SUMULA:** Altera o artigo nº 127, da Lei nº 82 de 23 de maio de 1953, do CÓDIGO TRIBUTÁRIO.

A Câmara Municipal de Cambará, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte alteração de lei:

**Art. 1º** - Altera o artigo nº 127, onde diz: Não poderão ser superiores a 10%(dez por cento), sobre as quantias arrecadadas amigavelmente e de 20%(vinte por cento), sobre as arrecadadas judicialmente para os cofres municipais. Substitue por: Não poderão ser superiores a 10%(dez por cento) sobre as quantias arrecadadas amigavelmente e de 20%(vinte por cento), sobre as quantias arrecadadas judicialmente, cobradas do contribuinte junto com o imposto e respectiva multa.

**Art. 2º** - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Municipalidade de Cambará, em 20 de março de 1961.

  
Dr. Israel Dinizo - Pref. Municipal.-

**JUSTIFICATIVA:** Conforme o art. nº 127, da Lei nº 82 de 23 de maio de 1953, do CÓDIGO TRIBUTÁRIO, a Prefeitura vem perdendo nas ações movidas contra os contribuintes faltosos, com relação aos honorários de advogado, portanto, o contribuinte faltoso terá de recolher ao Cartório, o principal inclusive multa, custas, honorários de advogado e demais despesas, decorrentes da ação suscitada pela Fazenda Municipal.